

Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755**

Este artigo analisa relatos sobre o que se passou a seguir ao terramoto que se fez sentir em Lisboa em 1755 e procura interpretá-los com os conceitos e teorias utilizados para compreender o pensamento leigo sobre o risco sísmico nos dias de hoje. Em particular, recorre-se a perspectivas psicológicas da percepção de riscos e da adaptação cognitiva, a alguns conceitos da teoria cultural e ao modelo da amplificação social do risco para ilustrar os processos de construção social de significado para o desastre. Salienta-se a funcionalidade destas interpretações em 1755, quer a nível individual de gestão do medo, quer a nível colectivo de reforço das identidades.

Palavras-chave: percepção de risco; adaptação cognitiva; terramoto de 1755.

This article analyzes reports of what happened after the earthquake which struck Lisbon in 1755 and seeks to interpret them with the concepts and theories used to understand lay thought on modern-day earthquake risk. In particular, this article adopts psychological approaches to risk perception and cognitive adaptation, concepts from cultural theory, and the social amplification of risk model to illustrate how the meaning of the disaster is socially constructed. Emphasis is placed on the functionality of these interpretations in 1755, both at the individual level of managing fear and at the collective level of reinforcing identities.

Keywords: risk perception; cognitive adaptation; 1755 earthquake.

INTRODUÇÃO

As grandes catástrofes, agora como no passado, são momentos em que as pessoas e as sociedades são obrigadas a reflectir sobre si próprias e o seu futuro. Este artigo parte de perspectivas teóricas da psicologia social, utilizadas na compreensão das adaptações de indivíduos e grupos a ameaças e desastres actuais, para analisar as respostas ao sismo de 1755 através dos textos produzidos pelas pessoas que viveram o terramoto (o material de base

* Departamento de Psicologia Social e das Organizações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS/ISCTE).

** Este texto baseia-se na apresentação realizada no colóquio internacional «O terramoto de 1755: impactos históricos».

neste percurso¹). A questão fundamental que percorre este texto prende-se, assim, com a adequação das teorias e modelos produzidos numa sociedade de risco (Beck, 1992) para entender uma outra que estava a entrar na modernidade. Indo para além das semelhanças evidentes com catástrofes da actualidade nas reacções iniciais dos habitantes de Lisboa após o terramoto, procuraram-se outras formas de pensar e interpretar o sismo. Deste modo, começa-se por descrever a forma como são vistos os sismos hoje e por extrapolar as dimensões de análise para o século XVIII, salientando as semelhanças e as diferenças. Depois, recorrendo à teoria da adaptação cognitiva, analisa-se a forma como, agora e então, as pessoas gerem o medo associado à ameaça sísmica, desenvolvendo crenças ilusórias de controlo sobre a ameaça, com vantagens individuais de diminuição da ansiedade. Utilizando os conceitos da teoria cultural, mostra-se em seguida como estas formas de controlo secundário se associam em visões do mundo partilhadas socialmente. Finalmente, analisam-se alguns sinais de amplificação social do risco nos tempos que se seguiram ao terramoto e a forma como foram geridos.

«TERROR E AFLIÇÃO» — A PERCEPÇÃO DO RISCO DE TERRAMOTOS

Os estudos sobre a percepção de riscos mostram que nem todas as ameaças têm, para os cidadãos, o mesmo carácter inaceitável e potencialmente mobilizador da opinião pública. Muitos estudos das ciências sociais têm mostrado (e. g., Slovic, 1987 e 2001; v. Lima, 2005, para uma revisão) que o risco que se associa a um conjunto muito vasto de tecnologias e actividades não se relaciona directamente com o número de mortes que provoca, mas com dimensões qualitativas, tais como o seu *carácter devastador* (se é incontrolável, se representa um perigo para as gerações futuras, se é assustador) ou o *grau de conhecimento existente sobre o risco* (se é um risco novo, se as suas consequências são visíveis, se é conhecido para a ciência). Assim, perigos percebidos como desconhecidos e de consequências terríveis (como os que associamos hoje à energia nuclear) são vistos como particularmente inaceitáveis, apesar de serem a causa de morte de muito menos pessoas do que outros riscos menos temidos (como os acidentes de automóvel). Pelo contrário, riscos mais conhecidos e familiares tendem a ser normalizados, perdendo o poder de mobilizar e assustar a opinião

¹ As fontes principais foram Malagrida (1756), Ratton (1813), Mendonça (1758) e Cavaleiro de Oliveira (1756), os testemunhos britânicos recolhidos por Sousa e Nozes (1990), as cartas do padre Portal (*in* Sousa, 1919) e cartas publicadas na altura com a descrição do sucedido (e. g., as de Tavares, Morganti, Trovão e Sousa).

pública (Lima, Barnett e Vala, 2005). O potencial catastrófico de um risco (e não o número de mortes a ele associadas) funcionaria, assim, como uma base importante da percepção de riscos: é um sinalizador do que não é aceitável que venha a acontecer e, por isso mesmo, frequentemente, associa-se ao pedido de intervenção das autoridades no sentido de regularem os riscos com estas características (Slovic, 1987).

Actualmente, nesta estrutura de percepção de riscos, o risco sísmico é visto como particularmente devastador, mas como mais conhecido do que muitos dos riscos associados a actividades humanas, tais como a utilização da energia nuclear, da manipulação genética, etc. (Lima, 1994). Com efeito, o facto de se tratar de um risco natural e antigo, sobre o qual se tem acumulado conhecimento científico, dando origem a normas de construção anti-sísmica, faz com que este risco seja hoje visto como menos aterrorizador do que riscos novos a que estão associadas polémicas científicas e sobre os quais ainda não são consensuais as estratégias para a sua gestão.

No entanto, é possível que, no século XVIII, o risco sísmico fosse visto como algo tão aterrorizador como é hoje uma guerra nuclear: tratava-se então de uma ameaça percebida não só como devastadora e incontrolável, mas igualmente desconhecida (uma vez que a ciência não tinha conhecimentos, instrumentos de descrição ou de previsão que permitissem aumentar o grau de informação sobre o fenómeno). Este risco teria, portanto, um potencial aterrorizador mais elevado. Mas, para além disso, três outros factores situacionais contribuíram para fazer com que o terramoto de 1 de Novembro de 1755 se tornasse uma experiência extrema de terror: os habitantes de Lisboa enfrentaram outras catástrofes naturais (o tsunami, furacões²) e provocadas pelo homem (o incêndio que consumiu Lisboa durante diversos dias e os roubos que aumentaram a insegurança), viram os seus «lugares de segurança» (Fried, 2000) perdidos (a casa, os símbolos do poder temporal e espiritual — a Basílica Patriarcal, o Palácio da Inquisição e o Paço da Ribeira — e espaços habitualmente associados ao refúgio — igrejas, o castelo, o novo cais) e tiveram de viver muito tempo com a ameaça (as réplicas sucederam-se durante mais de um ano³, as marés estiveram «desconcertadas» durante meses⁴ e as ruínas e os cheiros eram uma lembrança constante do terramoto). Compreende-se, assim, que esta altura da nossa história seja associada a uma ideia máxima de temor e que as descrições da situação na época sejam terríveis: «Consternados os homens com tanto perigo, vagueavam como

² V. Sousa (1919, p. 770).

³ O padre Portal relata que até ao fim do ano de 1756 a terra tremeu mais de 600 vezes (in Sousa, 1919, p. 780).

⁴ V. Sousa (1919, p. 762).

loucos, buscando os campos sem descanso algum» (Mendonça, 1758, p. 117); «Os intérpretes das leis, os ministros dos altares, as mulheres, as crianças, cobertos de sangue e de poeira, correndo sem saberem para onde, metendo-se no perigo cuidando evitá-lo» (Pedegache, 1756, p. 23). Resumia o padre Manoel Portal: «Enfim, tudo era pobreza, terror e aflição» (*in* Sousa, 1919, p. 760).

«PENSO QUE NÃO TENHO MOTIVOS PARA DESESPERAR»: ADAPTAÇÃO COGNITIVA À AMEAÇA

O estudo das reacções das pessoas em situações de ameaça e de sofrimento tem um aspecto fascinante: a constatação da extraordinária capacidade de adaptação a situações de adversidade. A percepção de controlo sobre o que nos rodeia corresponde a uma necessidade humana básica (e. g., Langer, 1983) e a exposição continuada a situações adversas vistas como incontroláveis pode levar a sentimentos de depressão e desespero aprendido (Seligman, 1975); nestas situações, os indivíduos saudáveis psicologicamente tendem a reagir desenvolvendo formas de restaurar os sentimentos de controlo sobre o ambiente (Taylor, 1983; Taylor e Brown, 1988). Quando o controlo directo sobre a ameaça não é possível (como sucede no caso dos sismos), observa-se a utilização de uma estratégia de sobrevivência psicológica através do desenvolvimento de crenças ilusórias de controlo ou estratégias de controlo secundário (Rothbaum *et al.*, 1982). De facto, diversos estudos com pessoas que vivem em situação de ameaça incontrolável mostram que aqueles que evidenciam sinais de maior bem-estar psicológico e melhor ajustamento à situação de ameaça são os que desenvolveram ilusões de controlo sobre essa ameaça (Lima, 1994 e 2005).

É por esta razão que se observam em populações expostas a ameaças incontroláveis (como são os sismos) sinais de normalização do risco, acompanhados por crenças de que é possível controlar o que é incontrolável. Estudos sobre as estratégias cognitivas utilizadas para lidar com a ameaça sísmica (em residentes de Lisboa e dos Açores que tinham já tido experiência de sismos) identificam três destas formas de controlo (Lima, 1994): crenças de *controlo religioso* sobre os sismos (a aceitação da possibilidade de intervenção divina na ocorrência dos terremotos ou na modificação das suas consequências); crenças de *controlo político* sobre os sismos (a identificação com as autoridades e a convicção de que estas têm planos eficazes de acção em caso de catástrofe) e crenças de *controlo tecnológico* sobre os sismos (a convicção de que os tremores de terra têm causas naturais e de que a ciência pode explicar, prever e controlar este fenómeno).

Mais do que a identificação destes padrões de crenças, esta linha de pesquisa mostrou que elas têm uma funcionalidade imediata. Quem possui estes esquemas de controlo secundário, activa-os automaticamente nas situações de ameaça de sismo, diminuindo a insegurança e a ansiedade da situação e restaurando assim o sentimento de bem-estar (Lima, 1996).

Os relatos do terramoto de 1755, lidos à luz da teoria da adaptação cognitiva, mostram numerosos exemplos de estratégias de controlo religioso sobre os sismos. Diversos autores referem que a cada abalo de terra se ouvia um enorme clamor aos céus bradando por «Misericórdia»⁵ e preparando-se para o fim do mundo anunciado por muitos pregadores que percorriam as ruas⁶. Desde o dia 1 de Novembro realizaram-se procissões (espontâneas no próprio dia e cuidadosamente organizadas mais tarde⁷) e eram comuns as penitências para aplacar a fúria divina⁸. O patriarcado de Lisboa instituiu em todas as missas⁹ uma oração contra os tremores de terra:

Senhor meu Jesus Cristo, que para remédio dos pecadores quiseste nascer da Virgem Maria, terra sempre pura, e bendita, e para completar-des a redenção dos homens, movido do vosso grande amor, tiveste por bem de vos abraçar com a santa Cruz, caindo com ela três vezes por terra para a santificardes: e chegando ao Calvário foste crucificado, e morto, na qual hora toda a terra tremeu de sentimento; e pela vossa gloriosa Ressurreição, que fez tremer a terra da vossa sepultura; e por todos estes Mistérios, vos pedimos, que nos livreis dos tremores de terra, e nos conserveis sempre no verdadeiro temor e tremor do vosso Santíssimo Nome, até à hora da nossa morte. Ámen [Natividade, 1756/2005, p. 216].

Pedi mais respeito e menos vaidade nas igrejas, determinou jejuns e organizou procissões de acção de graças. O próprio rei instituiu um santo

⁵ Mendonça (1758, pp. 115 e 119) ou Sousa e Nozes (1990, pp. 99, 123 e 137).

⁶ Mendonça (1758, p. 119), Sousa (1919, p. 760) ou Sousa e Nozes (1990, pp. 49, 123 e 167).

⁷ Mendonça (1758, pp. 147-148) refere, em particular, a procissão realizada no dia 16 de Novembro de 1755 e no dia 13 de Dezembro de 1755 com lava-pés. Mas em Setembro e Outubro de 1756 ainda se organizavam procissões com o mesmo objectivo em Lisboa (Sousa, 1919, pp. 772-773 e 776).

⁸ Em Coimbra, por exemplo, D. J. F. M. em A (1756), no texto *Theatro lamentavel: scena funesta: relação verdadeira do terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, refere que na procissão organizada pelo senhor reformador todo o corpo da Universidade foi descalço e com uma corda ao pescoço, em seguida o corpo de lentes da Universidade levou jantar aos presos da cidade e que a cidade jejuou um dia a pão e água.

⁹ O padre Portal refere que «o senhor Cardeal Patriarca Zeloso da Salvação dos seus súbditos mandou, que em todas as igrejas, se fizessem preces públicas que ainda hoje duram, rogando ao Senhor que pela sua infinita misericórdia se compadeça de nós miseráveis. Ordenou também que, em todas as missas, se desse a oração contra os terremotos» (in Sousa, 1919, p. 766).

padroeiro contra os terremotos — o jesuíta S. Francisco de Borja¹⁰. As descrições da época mostram que, naquela situação de enorme temor, de incompreensão sobre o que se passava e de falta de domínio sobre o meio, a estratégia cognitiva mais comum consistia em procurar a protecção divina, ou, na linguagem da psicologia social, a activação do esquema de controlo religioso sobre os sismos.

A esta estratégia de controlo do sismo opõe-se uma outra, protagonizada por Sebastião José de Carvalho e Melo, então secretário de Estado de Portugal: uma estratégia de controlo político sobre o sismo. A resposta pronta, alargada e notória do futuro marquês de Pombal tornou visível e credível o funcionamento das instituições: os soldados, mobilizados para diversos serviços públicos (enterrar mortos, desentulhar ruas, transportar alimentos, guardar as ruas), tornaram-se elementos perceptíveis do Estado por toda a cidade; os vereadores municipais, controlando as entradas e saídas da cidade e a distribuição de comida, foram um sinal claro do empenho das autoridades na resolução dos problemas mais prementes da população; os juízes, faziam *in loco* julgamentos sumários dos ladrões, e as forcas espalhadas pela cidade¹¹ constituíam símbolos do poder do Estado na regulação da vida social da cidade; mesmo os clérigos foram utilizados nesta estratégia de resposta ao terremoto, sendo levados a simplificar os rituais fúnebres, a participar no desentulho da cidade e a servirem de fontes de informação no inquérito nacional aos danos.

A interiorização destes sinais da presença do Estado como estratégia cognitiva de lidar com a ameaça não é tão comum nos relatos da época. Mas está implícita nos diversos pedidos de nobres e pessoas abastadas ao governo para montar guarda às suas casas e às suas posses.

Encontra-se ainda o esboço de um controlo científico sobre os sismos, baseado numa cultura científica que se debatia para se afirmar face às interpretações religiosas do fenómeno. O primeiro sinal desta forma de controlo é dado pelas numerosas tentativas de descrição precisa do ocorrido (hora de início, duração e intensidade), confrontando testemunhos para identificar a verdade e comparando relatos de pessoas em localidades diferentes para determinar a extensão e propagação (por exemplo, nos textos de Mendonça, Pedegache, Ribeiro Sanches ou Morganti). Mas, mais do que descrições rigorosas do ocorrido, diversos documentos oferecem explicações científicas para o fenómeno, defendendo as teorias mais em voga na época (Pedegache,

¹⁰ O padre Portal refere que se sentiu a necessidade de que «houvesse um santo, que fosse patrono deste reino e mediador para com Deus Nosso Senhor para nos livrar dos terremotos». O nome do jesuíta foi aceite pelo Papa Bento XIV na bula que concedeu em 1756 (*in* Sousa, 1919, p. 767; v. também Peres, 1934, p. 204).

¹¹ Há descrições de «80 corpos pendurados em forcas por todo o lado da cidade» (*in* Sousa e Nozes, 1990, p. 121).

1756). A estas preocupações junta-se ainda a do fim último da ciência: a previsão dos fenómenos. Para tal os autores tentam identificar sinais anunciadores dos terremotos, ou identificar regularidades na sua ocorrência. Esta forma de controlo científico do terramoto através da sua explicação como um fenómeno natural e da previsão da sua ocorrência está claramente expressa por Ribeiro Sanches: «Se soubéssemos tão bem a causa dos terremotos como sabemos a dos ventos, das trovoadas e dos trovões, não teríamos, pode ser, estes notáveis movimentos da natureza por castigo do Céu, nem tiraríamos deles prognósticos para a nossa total ruína» (1756/2005, pp. 119-120).

Dos relatos em primeira mão do terramoto de 1755 sobressai clara a adesão de grande parte da população a estratégias de controlo religioso, mas existem sinais de adesão a um emergente controlo político sobre a catástrofe que se apoiava em explicações científicas dos sismos, também elas a surgirem timidamente. As crenças de controlo secundário, então como agora, serviram para ajudar a diminuir a ansiedade e facilitar a adaptação à situação de catástrofe, na medida em que permitiam acreditar em algum tipo de domínio — indirecto, é certo — sobre a catástrofe e o risco.

«DA VERDADEIRA CAUSA DO TERRAMOTO» — INTERPRETAÇÕES DO DESASTRE

A adesão a estas crenças de controlo não permite apenas reduzir a ansiedade individual. As interpretações sobre o desastre e sobre as formas de o controlar permitem também afirmar e validar visões do mundo e reforçar solidariedades e identidades de grupo. Por isso, têm também funções sociais muito importantes. A análise das interpretações sobre as catástrofes é, assim, muito útil para entender o significado social que lhes é atribuído e a forma como essa interpretação valida as formas de estar e de ver o mundo.

Identificaram-se atrás diversos esquemas de controlo sobre catástrofes, correspondentes a interpretações sobre os desastres. Poder-se-ia pensar que cada um destes esquemas corresponde a um grupo social, mas a realidade é mais complexa do que isso. Mesmo no âmbito de um mesmo esquema de controlo (por exemplo, o religioso, em que o desastre é atribuído à ira divina) esta interpretação pode ser usada de formas diferentes para validar opções de grupos sociais distintos. As interpretações religiosas do furacão *Katrina* (que atingiu a zona de Nova Orleães em 2005) são um exemplo de como um mesmo esquema religioso permite construir diferentes interpretações do desastre, associadas a pertenças sociais distintas: por exemplo, um activista religioso antiaborto afirmava que «Deus castigou Nova Orleães pelo pecado de derramar sangue de inocentes por meio do aborto», enquanto o diário árabe *Al-Siyassa*, com posições fundamentalistas islâmicas, se referia ao

furacão como «o terrorista *Katrina*, um dos soldados de Alá», afirmando que «é um vento de tormenta que Alá enviou a este império americano» (*Público*, 7-9-05, p. 4). Em qualquer destes extractos está implícito o controlo religioso sobre o furacão, mas a vontade de Deus é interpretada de forma diferente por cada um dos actores sociais, em favor das crenças básicas de cada um, e apelando para solidariedades com grupos diferentes.

Nos textos do século XVIII encontra-se a mesma interpretação do terramoto de 1755 como resultado da ira de Deus para validar visões do mundo diferentes. Os extractos seguintes mostram bem como coexistiam e se digladiavam diversas interpretações da vontade de Deus e da ira divina, que suportavam visões do mundo diferentes. O jesuíta padre Gabriel Malagrida explica o terramoto como fruto da indignação divina («que não têm outra causa os terremotos, mais que a indignação Divina, e por essa razão lhe chamam *Vim Divinum*»: 5) em particular contra a corte de Lisboa (pp. 8-9) por causa dos nossos «intoleráveis pecados» (vaidade, pouca frequência do culto, vida mundana, pp. 3, 4, 12 e 15). Por seu lado, o protestante Francisco Xavier (Cavaleiro) de Oliveira interpreta a ira divina como desencadeada por dois factores: a falta de conhecimento da palavra de Deus (uso do latim) e o conseqüente culto das imagens («a origem de todo o mal é que se fecharam em Portugal todas as entradas à Lei de Deus ao proibir aí o curso, leitura e meditação da Sua santa palavra»: 24) e o apoio à Inquisição e à perseguição contra os judeus («Lisboa estava inundada pelo sangue inocente que os inquisidores nela haviam derramando. É esta provavelmente uma das principais causas da ruína de Lisboa», p. 53, mas também pp. 27-40). Finalmente, um inglês protestante que estava em Lisboa no dia do terramoto ouviu aterrado um pregador no dia 1 de Novembro de 1755 que afirmava que o terramoto era um castigo de Deus por os portugueses terem sido tão tolerantes e generosos para com os hereges (p. 123).

Estes três exemplos mostram bem como o significado atribuído às catástrofes advém de visões do mundo que lhe são anteriores e que a interpretação do desastre, por seu lado, valida e reforça estas visões do mundo. É esta exactamente a perspectiva proposta pela teoria cultural (Douglas e Wildawsky, 1982; Douglas, 1984) quando salienta que os discursos sobre o risco reflectem diferenças de poder e visões do mundo alternativas e propõe uma ligação entre a inserção na estrutura social e a forma de ver o mundo, em geral, e, em particular, a sua relação com a natureza (Lima e Castro, 2005). Identifica três visões do mundo principais, ligadas a valores e temores próprios: a visão individualista (crença na mobilidade individual e valorização do mérito e do sucesso económico), a hierárquica (crença nas instituições e valorização da ordem e da obediência a autoridades) e a igualitária (defesa de organizações participadas, do valor da solidariedade e da moralidade) (v. Lima, 2005, para uma descrição detalhada). Para esta perspectiva teórica, a selecção dos riscos importantes para cada um destes grupos estaria sempre

associada à preservação dos seus valores. As visões do mundo funcionariam assim como filtros ou lentes para interpretar os perigos do meio envolvente e como guias socialmente partilhados para definir a acção a tomar. É possível encontrar nos textos do tempo do terramoto algumas destas visões do mundo associadas a formas de agir diferenciadas.

O futuro marquês de Pombal encarna uma forma de agir institucional e racional que nos remete para uma visão do mundo hierárquica (consistente com a estratégia de controlo político dos desastres). Encontram-se exemplos desta forma de gerir o risco na preocupação em repor as instituições a funcionar (reconstrói muito rapidamente a alfândega, os tribunais, a Relação, a Câmara, os mercados), nas acções imediatas para garantir a distribuição dos alimentos e o controlo dos preços, para garantir a saúde pública e a segurança de pessoas e bens, no restabelecimento da ordem pública. Esta estratégia racional de gerir o risco é também evidente na promoção de uma atitude científica na análise do sismo (adoptando uma explicação natural para o fenómeno e promovendo a sua descrição objectiva através do inquérito sobre o sismo, respondido pelos párocos do território nacional) e na reconstrução da cidade (promovendo o desenvolvimento e teste de formas de construção anti-sísmicas¹² e o desenho de uma nova cidade iluminista, planeada de forma racional¹³). O carácter institucional desta acção é ainda reforçado pela publicação em 1758 das *Memórias das Principais Providências Que Se Deram no Terramoto*, escritas por alguém que se intitulou Amador Patrício de Lisboa. Incluem-se neste volume 233 documentos de carácter legislativo e executivo da iniciativa directa de Pombal logo a seguir ao sismo. Estas *Memórias* assumem um carácter propagandístico¹⁴, pretendendo sustentar e reforçar a imagem de um estadista esclarecido que, com prontidão, racionalidade e zelo, enfrentou uma calamidade de dimensões inimagináveis na época. Foi, aliás, a existência de uma resposta do Estado a uma situação de emergência que levou a que se designasse o terramoto de 1755 como «o primeiro desastre moderno» (Dynes, 1997 e 2005).

Alguns grupos religiosos extremistas defendem uma forma de agir moral e colectiva que nos remete para uma visão do mundo igualitária (que é

¹² França (1987, p. 168) refere-se a uma experiência realizada no Terreiro do Paço, onde, sob o comando do tenente coronel Mardel, um destacamento militar marchou descontroladamente sobre uma plataforma construída com a técnica da «gaiola» de modo a simular os efeitos de um sismo.

¹³ Os planos de reconstrução de Lisboa foram elaborados de acordo com princípios de racionalidade e de uniformização, de modo que as fachadas, basicamente de três tipos, foram repetidas nas diversas ruas de Lisboa (França, 1987).

¹⁴ Cardoso (2007, p. 170) defende esta interpretação das *Memórias*, salientando que se trata de «um precioso testemunho do exercício da acção e gestão política da catástrofe. A imagem mítica e fabricada de um ministro despachando e emitindo ordens escritas da sua carruagem, entre destroços, readquire, assim, uma simbólica comprovação.»

consistente com o controlo religioso dos desastres, mas não se sobrepõe a este¹⁵). Nesta perspectiva, o terramoto teria sido provocado pela ira divina face ao comportamento dos homens e é visto como um castigo generalizado (e, nesse sentido, igualitário), como se pode ler no poema *Parenesis ao terramoto do primeiro de Novembro de 1755* (Melo, 1956, 94):

General, sacerdote, leigo, frade,
Cingidos de fatal calamidade
Ministro, pobre, rico, cavalheiro,
Comerciante, soldado, jornaleiro,
Miserável, feliz, aborrecido,
Com todos fala o trémulo gemido
A todos os iguala, a todos pesa,
Neste acerbo clamor da natureza.

Neste sentido, os pecados passados são vistos como a origem dos males presentes e defende-se que as acções a tomar para gerir o risco e prevenir mais catástrofes são a modificação imediata e radical dos comportamentos pecaminosos. Como vimos, há exemplos destas visões igualitárias de origem católica e protestante. Na perspectiva católica, a figura de Malagrida interpreta o terramoto como castigo divino pelos pecados da cidade de Lisboa e preconiza o arrependimento como forma de evitar a ruína total da cidade, propondo a criação de casas de retiro para ensinar a penitência e a oração (pp. 14-15). Na visão protestante, o mesmo tipo de visão do mundo é protagonizada por Cavaleiro de Oliveira, que interpreta o terramoto como ira de Deus causada pelos trabalhos da Inquisição e pela proibição da leitura da Bíblia em português e que pede ao rei que inicie «a grande obra da reforma destes detestáveis abusos que se insinuaram no vosso reino» (p. 56)¹⁶. Os dois protagonistas referidos são os mais visíveis, mas não são os únicos que defendiam uma perspectiva igualitária em 1755. Há diversas outras referências quer à profusão de pregadores católicos de diversas ordens religiosas que

¹⁵ Não se pretende fazer uma equivalência completa entre uma interpretação religiosa do terramoto e uma visão do mundo igualitária. Apesar de Douglas e Wildawsky (1982) terem mostrado que o pensamento igualitário e ambientalista da actualidade tem a sua origem em seitas e grupos religiosos pouco hierarquizados e radicais, a Igreja Católica da altura, com as suas diversas ordens e instrumentos de controlo, como era a Inquisição, tem atributos muito mais próximos de uma instituição hierárquica do que igualitária.

¹⁶ Cavaleiro de Oliveira propõe mesmo ao rei que «após se haver atado as mãos aos inquisidores por uma interdição expressa de não mais haverem sessões, de não mais fazerem nenhum acto directo ou indirecto de jurisdição aprazerá a Vossa Majestade convidar doutores das outras Nações, sobretudo da Alemanha e da França a visitarem os vossos estados» (p. 59), com o objectivo de o aconselharem, de acordo com a «Bíblia fielmente traduzida em linguagem vulgar» (*ibid.*).

exortavam à penitência e ao arrependimento¹⁷, quer a aproveitamentos protestantes do terramoto de Lisboa¹⁸. Ambas as perspectivas religiosas radicais (a católica e a protestante) defendem uma visão moral das causas do desastre e uma solução que passa pelo arrependimento e pela mudança radical do comportamento, como forma de evitar a continuação da fúria divina, e por isso podem ser consideradas no quadro de uma visão igualitária deste risco.

Há ainda sinais de defesa de acções de valorização do interesse individual que indiciam uma visão do mundo individualista. Nesta perspectiva, o terramoto é visto como uma oportunidade para negócio, para o aproveitamento da situação em favor da melhoria das condições do próprio. A gestão da ameaça nesta visão do mundo consiste na defesa da acção de cada um e na oposição a leis que limitem a liberdade individual. Defensores desta visão do mundo opuseram-se às medidas de alteração do direito de propriedade na cidade de Lisboa propostas por Pombal (Subtil, 2005). No entanto, indícios mais imediatos desta estratégia são os pedidos de aumento de salário de oficiais e marinheiros¹⁹, as tentativas de aumentos dos preços dos bens, das casas e dos salários. Atente-se na descrição de Ratton, nas suas *Recordaçõens*, da prosperidade da família nos tempos que se seguiram ao terramoto:

A destruição dos bairros do comércio e das Alfandegas pelo terramoto, e incêndios, produziu uma escassez de tudo menos de pão; o que me deu lugar a vender por bom preço e a dinheiro de contado tantas fazendas quantas me chegarão e eu podia despachar na Alfandega, em que entrarão muitas, que meu pai e tio me remeterão da cidade do Porto [p. 30].

Ideias tão distintas acerca do sentido a atribuir à catástrofe e ao que se deve fazer para a enfrentar não coabitavam pacificamente no espaço do reino. De facto, a cada uma corresponde a defesa de uma forma privilegiada de gerir o risco e estas perspectivas são frequentemente incompatíveis. Por

¹⁷ O padre Portal refere-se por diversas vezes a estes pregadores (e. g., p. 760). Mendonça salienta que na altura do terramoto pregavam religiosos, sacerdotes e seculares e «até as mulheres e os rústicos se fizeram pregadores» (p. 119). Em diversas das cartas dos britânicos residentes em Portugal são referidos os ímpetos dos religiosos e pregadores que andavam pela cidade a administrar o sacramento do baptismo a quem desconfiassem de que não fossem cristãos (Sousa e Nozes, 1990, pp. 45 e 167).

¹⁸ Diversos pregadores protestantes integraram também o terramoto de Lisboa na exploração dos planos de Deus, de acordo com o trabalho de Reeves (2000). Rogers (1976), pastor em Massachusetts, afirma que o objectivo dos sismos é «make the inhabitants of the earth tremble... so that hereby they may be brought to a sense of their folly» (p. 47) e chega mesmo a indicar os pecados que provocam mais facilmente um tremor de terra (p. 51).

¹⁹ O padre Portal relata que os oficiais só queriam trabalhar se lhes dobrassem o que antes ganhavam (*in* Sousa, 1919, p. 759) e que os marinheiros só queriam sair nos navios estrangeiros, que lhes pagavam um soldo mais elevado (774).

exemplo, a ideia igualitária do arrependimento e do recolhimento em oração era incompatível com o incentivo hierárquico ao trabalho para o desentulho e reconstrução da cidade. O acentuar hierárquico da «necessidade pública» como uma justificação institucional para a intervenção do governo (ou para o aumento dos impostos) com o objectivo de reconstruir a cidade (e o Estado) era incompatível com uma ideia individualista de aproveitamento da catástrofe para a obtenção do lucro imediato.

Diversos documentos testemunham os confrontos entre os que protagonizavam visões do mundo distintas. Detectam-se sinais do choque entre as ideias igualitárias e hierárquicas nas palavras do padre Malagrida quando se opõe violentamente à atribuição de causas naturais ao terramoto:

Haverá católico... que possa dizer que este tão grande açoute foi puro efeito das causas naturais, e não fulminado especialmente por Deus pelos nossos pecados [p. 3]?

Explico-me com uma comparação bem clara: eu, arrebatado de cólera, desembainho a espada e mato a quem me fez o agravo; se se pergunta a causa imediata desta morte foi a espada, porém a mediata fui eu. Nesse sentido, julgo eu, falam os que apelam para as causas naturais, porque de católicos não se pode supor outra coisa [p. 11].

Diversos decretos reais foram aprovados proibindo explicitamente o aproveitamento económico da situação de catástrofe, o que nos parece um claro exemplo da oposição entre uma lógica hierárquica e uma lógica individualista:

Também ordenou Sua majestade que os oficiais não levassem maior jornal por dia do que antes costumavam, sob pena de trabalharem no desentulho da calceta, e alguns pela sua ambição tem caído infeliz sorte de serem castigados, principalmente os que trabalhavam na barraca de El-Rey pois a desamparam para trabalhar em outra parte onde lhe davam maior jornal [Sousa, 1919, p. 763].

Há ainda registo de confrontos entre diversas interpretações igualitárias do terramoto, estando a Inquisição encarregada de zelar pela difusão da interpretação religiosa oficial. É assim que Cavaleiro de Oliveira foi queimado em efígie, Malagrida queimado num auto-de-fé e há diversos outros livros proibidos.

Mas o acentuar destas clivagens dá consistência às formas de ver o mundo e permite também fortalecer identidades e cumplicidades dentro dos grupos sociais. A dessacralização dos terramotos e a eficiente acção do Estado eram estandarte dos apoiantes de Pombal. O temor de um castigo ainda mais terrível (ou do fim do mundo), a penitência e a oração tornaram-

-se elementos de coesão para os igualitários. E a busca da riqueza (ou mesmo de uma sobrevivência menos miserável) eram objectivos que uniam os individualistas.

DIVULGANDO O SOBRESSALTO — A AMPLIFICAÇÃO SOCIAL DO RISCO

Os debates e conflitos que opõem diferentes interpretações sobre o risco devem ser entendidos, como se viu acima, na diversidade do contexto social dos indivíduos e da sua interacção. Aliás, as próprias características das catástrofes e da incerteza que se lhes segue facilitam a interacção e validação social das experiências. A pesquisa sobre a vivência de acontecimentos traumáticos tem mostrado que nos dias que se lhe seguem há uma enorme necessidade de partilha social de emoções (Rimé e Zech, 2001). Esta partilha social é uma forma de construir com outros um significado para o desastre e, ao mesmo tempo, reforçar solidariedades. Em situações de ameaça, as pessoas estão particularmente dependentes de informação, e esta necessidade social interage com processos psicológicos, sociais e culturais de forma a acentuar ou a atenuar as percepções de risco. Usando uma metáfora da transmissão de sinais físicos, este fenómeno de comunicação sobre desastres ou ameaças potenciais tem sido designado na literatura como *amplificação social do risco* (Kasperson *et al.*, 1988; Pidgeon *et al.*, 2003). Este modelo interdisciplinar sobre o processo de comunicação de riscos salienta que os acontecimentos de risco, por mais dramáticos que sejam, se tornam irrelevantes se não forem objecto de comunicação. À partida, alguns dos atributos dos acontecimentos de risco atraem particularmente o interesse da audiência e contribuem para a sua intensificação (por exemplo, o carácter catastrófico ou desconhecido de uma ameaça). Mas não são normalmente as características dos acontecimentos, mas da forma como são transmitidas, que determinam o seu impacto no ouvinte. Durante o processo de comunicação, o risco pode ser atenuado ou intensificado: isto é, o mesmo acontecimento pode ser associado a algo terrível — e, assim, a percepção de risco aumenta —, ou ser associado a algo de banal e, assim, o risco é normalizado. Este fenómeno é tanto mais importante se se considerar que raramente há acesso em primeira mão a acontecimentos de risco: quando se toma conhecimento deles já vêm amplificados por algumas «estações sociais» (são descritos pelos jornalistas, recorrendo a opiniões de médicos, políticos, a comunicados oficiais sobre o assunto, ou são contados por redes informais de amigos e conhecidos). Neste contexto, o processo de conferir significado a uma ameaça depende não apenas do seu valor factual, mas também do seu valor inferencial e simbólico. Por outro lado, cada receptor individual é um actor social que tem também a sua própria estação de amplificação e que

responde de forma individual ou colectiva ao risco: por exemplo, ignora, tolera, aceita ou age contra o risco.

Este processo está, evidentemente, muito dependente do contexto social e cultural em que o acontecimento ameaçador se dá, como é visível na análise da imprensa após os dois sismos fortes que abalaram o território português nos últimos anos: o de 28 de Fevereiro de 1969 e o de 1 de Janeiro de 1980. No primeiro, que ocorreu antes do período democrático em Portugal, salienta-se o realce dado à atrapalhação das populações (que, ton-tas, entram em pânico), por oposição à calma e eficiência das autoridades que, racional e paternalmente, lidam com a situação. Cito apenas dois extractos que acho paradigmáticos. O primeiro refere-se ao momento do sismo na ponte sobre o Tejo (hoje Ponte 25 de Abril):

Cerca das 3 horas e 42 minutos o condutor de um carro atravessa-a. Ao apresentar-se na portagem está completamente apavorado e diz: «Tudo tremia à minha volta; o chão, os pilares, as vigas de aço...» Tranquilizado pelo portageiro, lá seguiu viagem. Neste preciso momento o serviço de assistência foi em socorro dum carro que estacionou a meio da ponte. Lá dentro, imobilizadas pelo pavor, duas senhoras. Tranquilizadas e um pouco mais refeitas, seguiram igualmente a caminho do seu destino [*Diário de Notícias*, 1 de Março de 1969, p. 13].

O segundo conta o momento do sismo nos estabelecimentos prisionais:

Também nas cadeias se gerou pânico entre os presos, cuja emoção mais era acentuada pelo desespero de se encontrarem encarcerados nas celas. Todavia, os reclusos não foram abandonados pelos seus guardas, que se mantiveram nos seus postos [*Diário de Notícias*, 2 de Março de 1969, p. 6].

Em qualquer destes extractos o pavor desmedido dos utentes é contrastado à calma e sentido de dever dos funcionários, passando a imagem da necessidade de uma autoridade forte para tratar de um povo emotivo e irracional. A cobertura jornalística do sismo de 1980 foi totalmente diferente e isso torna-se evidente na descrição dos actores envolvidos. As vítimas são agora descritas como personagens complexas: salienta-se o seu sofrimento, mas também a serenidade e a coragem. São elas agora as verdadeiras heroínas da situação. Vejamos dois exemplos:

Habitado ao sofrimento, submetido ao longo dos anos às erupções vulcânicas e dos tremores de terra, o povo dos Açores reage a estas catástrofes com a velha sabedoria herdada de outras gerações [*Diário de Notícias*, 3 de Janeiro de 1980, p. 1].

O povo açoriano acaba de ser submetido a mais uma duríssima prova [...] A prova exuberante da capacidade dos açorianos de reagirem,

de se unirem, de imediatamente acorrerem ao chamamento da terra natal, está a ser amplamente demonstrada [*Açoreano Ocidental*, 4 de Janeiro de 1980, p. 1].

As autoridades, tal como antes, são descritas como eficientes e rápidas, mas o lugar de destaque nas acções de reconstrução vai para as múltiplas acções de solidariedade e voluntariado que os mais diversos grupos sociais organizam para socorrerem as vítimas. Neste caso, em consonância com o espírito democrático recém-instaurado no país, é o povo (vítimas e voluntários) que é valorizado e às instituições reconhece-se o cumprimento do seu dever, sem glória acrescida. A comparação entre os tratamentos jornalísticos prestados aos sismos mostra bem como os meios de comunicação social veiculam os valores vigentes e até nos desastres isso é visível.

Este processo de amplificação social, construindo significados diferentes para os mesmos fenómenos, pode dar origem a respostas muito diferentes, que vão desde a de ignorar passivamente a ameaça (quando a situação é construída como irrelevante) até uma acção colectiva de mobilização e prevenção contra o risco por parte dos diversos actores envolvidos (quando o risco é construído como muito importante). Um caso descrito por Correia (2000 e 2003) ilustra bem a amplificação social do risco e o poder mobilizador que a palavra «terramoto» ainda tem. A 18 de Junho de 1996, o semanário *Já* avisava na capa que «a 25 e a 26 de Julho no Porto/terramoto científico/o abalo vai sentir-se nos edifícios altos». Este título era acompanhado de uma fotomontagem que simulava a Torre dos Clérigos a abanar. A notícia referia-se a um estudo inserido num projecto de investigação internacional que iria emitir vibrações a partir da detonação subaquática de 22 toneladas de TNT ao largo do Porto, de modo a analisar a forma como eram recebidas numa estação de recepção situada nos antípodas. Nos dias seguintes muitos outros jornais divulgaram o estudo, provocando uma reacção de alarme generalizada, com os representantes autárquicos a questionarem o governo e terminando numa decisão governamental de suspender a experiência, nomear uma comissão de avaliação independente e autorizar apenas um ensaio à escala reduzida. Houve ainda um voto de protesto na Assembleia da República e a comissão é dissolvida sem que se tenha realizado qualquer ensaio. Como salienta Correia (2000, p. 235), a categorização pela comunicação social do evento como um terramoto deu origem a este processo: «Tudo começou, pois, com um aparente equívoco: chamar *terramoto*, *terramoto científico*, *sismo* ou mesmo *sismo artificial* ao que a equipa de geofísicos promotora do projecto COMBO se preparava para fazer [...] Não é necessário aprofundar muito a análise para verificar que a escolha destes termos marca a iniciativa com um cunho não despreciando de indesejabilidade.» Esta categorização da explosão como sismo amplificou assim

o risco associado à experiência, que se manteve visto como inaceitável apesar das numerosas explicações dadas tanto por cientistas como por ministros.

A última questão que se coloca neste artigo é então a de saber se este processo psico-social de amplificação do risco pode também ser observado a propósito do terramoto de 1755. De facto, há inúmeras descrições de partilhas sociais da experiência no próprio dia 1.º de Novembro, tal como acontece ainda hoje quando uma calamidade ocorre. No entanto, na altura a imprensa não tinha as mesmas funções que tem hoje e a construção de significado para o acontecimento não foi feita através deste meio. Belo (2000) assinala o laconismo das cinco linhas com que a *Gazeta de Lisboa*, a 6 de Novembro de 1755, noticia o acontecimento²⁰, salientando as diferenças com as actuais reportagens sobre os desastres. Deste modo, não foi por esta via (a mais utilizada hoje para dar significado às ameaças) que foi construído o significado e amplificado o risco no tempo do grande terramoto. No entanto, a leitura dos textos da época fornece algumas pistas sobre a forma como este processo decorreu. Existia na altura uma forte tradição epistolar (Boiça, 2005) da qual subsistem numerosos espécimes (por exemplo, a carta da rainha à sua mãe, as missivas de comerciantes ingleses em Portugal ou as cartas do padre Pascoal). Algumas destas cartas foram mesmo publicadas em jornais estrangeiros ou editadas em Portugal, fazendo as vezes de noticiários que veiculavam não apenas informações, mas também interpretações sobre os fenómenos. Nesse sentido, as cartas de Bento Morganti (e do seu pseudónimo José Acúrsio de Tavares) ou os textos de Pedegache, defendendo a origem natural dos sismos, opõem-se claramente a descrições mais religiosas, como as veiculadas pelo *Theatro lamentável*. Outra forma de difundir informações e interpretações sobre os fenómenos eram certamente os discursos, feitos em púlpitos das igrejas ou na rua. O padre Malagrida tinha ouvintes fiéis aos seus sermões e difundia assim as suas ideias. Mas a difusão de interpretações de risco pode ser mais informal. Pedegache conta um episódio de amplificação social do risco através do alerta dado por um piloto:

A maré tardou no dia 31 de Outubro mais de duas horas e ao dia 10 de Dezembro perto de duas horas. Um piloto, tendo observado que a tardança da maré de 31 de Outubro tinha sido acompanhada no dia seguinte de um grande terramoto, e vendo que tardava outra vez no 10 de Dezembro, andou gritando pelos bairros de Lisboa povoados que ninguém ficasse debaixo de telha aquela noite porque poderia haver algum

²⁰ «O dia 1.º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terramotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares» (*Gazeta de Lisboa*, n.º 45, p. 360).

tremor. Esta profecia saiu certa porque a 11, pelas 4 horas e 55 minutos da manhã, tremeu duas vezes a terra com violência (Pedegache, 1756, p. 10).

Mas do mesmo modo que se difundia pela rua a esta previsão específica baseada na observação e na convicção de que as leis da natureza se repetem, também se difundiam outras, assumidamente profecias. Devia haver tantas em Lisboa por meados de 1756 que Epicúrio Alexandrino publicou um texto (mais uma vez em forma de carta) ridicularizando as profecias que abundavam na época sobre a ocorrência de um novo e desta vez final terramoto em Lisboa. De vagas profecias e ameaças de novo castigo divino, elas devem ter começado a fixar-se numa data precisa: um ano após o terramoto, no dia 1 de Novembro de 1756. O aproximar da data fatídica fez aparecer também formas de defesa contra a catástrofe, como é exemplo a novena ao Senhor Jesus dos Terramotos, para iniciar no dia 23 de Outubro, nove dias antes do dia de Todos os Santos, e editada pelo padre José da Natividade (1756/2005). Também o padre Pascoal refere que, com o aproximar do dia 1 de Novembro, as pessoas vivem em grande sobressalto e começam a fugir da cidade, como forma de evitar viverem novo desastre. Face a esta nova agitação, o marquês de Pombal tomou medidas rápidas no edital que saiu a 29 de Outubro deste ano:

Foi presente a El-Rey, meu Senhor, que muitas pessoas assistentes nesta cidade, e seus subúrbios, têm determinado sair dela, procurando fugir do perigo que temem padecer no dia 1.º de Novembro próximo futuro, em que receiam a repetição de hum grande terramoto sem mais fundamento que o de se terem divulgado certas imposturas, com o nome de profecias, que verosimilmente foram ideadas pelos mesmos que maquinaram a deserção do Povo desta Capital sucedida nos primeiros dias sucessivos ao terramoto do 1.º de Novembro do ano passado, com o fim de roubarem as casas e as igrejas, como de facto fizeram. E para que se evitem estas desordens: He sua Majestade servido ordenar que nenhuma pessoa saia desta cidade e seus subúrbios nos dias 30 e 31 do corrente e 1 de Novembro sob pena de prisão a arbítrio do mesmo Senhor de serem reconduzidas prezas as que se ausentarem de onde forem achadas à sua própria custa [Sousa, 1919, p. 779].

Trata-se claramente de uma resposta autoritária, baseada numa interpretação racional e científica da situação, indubitavelmente eficaz, e veio a provar-se depois, razoável. Compare-se esta reacção do marquês com a dos governantes actuais no caso do projecto COMBO, descrito acima. Nos dois casos trata-se de amplificação social do risco veiculada por órgãos de transmissão de informação privilegiados na época. Nos dois casos, a amplificação

resultou em apreensão e medo por parte das pessoas, mas foi gerida de forma radicalmente distinta. Na altura em que, como diz Boiça (2005, p. 14), o terramoto de Lisboa teve um papel decisivo na «definição das fronteiras conceptuais entre a ciência do mundo e a religiosidade dos homens», o marquês usou a trémula ciência emergente para recusar validar as preocupações públicas. No século XX, numa altura em que em Portugal a ciência já existia ao nível de ministério, um projecto científico internacional aprovado por diversas comissões de ética foi travado pelo governo para minimizar o alarme causado entre a população sem uma base científica factual.

EM CONCLUSÃO

Este texto propõe algum paralelismo na forma de pensar o risco sísmico agora e em 1755, tentando mostrar que alguns dos modelos utilizados para compreender a forma como se pensam as ameaças hoje também se podem utilizar para entender as respostas dos nossos antepassados. Então, como agora, tínhamos o desconhecido e o incontrolável — e os terremotos eram vistos nesse tempo como um fenómeno mais misterioso do que agora, sendo por isso uma catástrofe ainda mais temível. As estratégias individuais utilizadas para gerir o medo assumem contornos semelhantes agora e então — em 1755 procurava-se controlar o incontrolável, utilizando principalmente crenças de controlo religioso, mas também político e científico, como acontece agora. A nível colectivo, as interpretações socialmente partilhadas do desastre, nesse tempo como hoje, activam e solidificam visões do mundo, identidades sociais e solidariedades de grupo. Em 1755 as crenças de controlo religioso do terramoto foram utilizadas por grupos igualitários (católicos e protestantes) para interpretar o sismo como resultado dos pecados dos homens e defenderem o arrependimento, a mudança de comportamento e a penitência como o caminho para aplacar a fúria divina. Em clara oposição a esta perspectiva sobre o mundo, a crença no controlo político e científico do desastre associou-se, na figura do futuro marquês de Pombal, a uma visão hierárquica da gestão da catástrofe, orientada por princípios de racionalidade e de defesa das instituições, da «necessidade pública» e do poder do Estado.

Esta sugestão de leitura dos textos passados à luz do presente poderia ser tida por anacrónica se não fosse baseada em teorias de processos que se pretendem universais. As dimensões associadas ao que é visto como ameaçador (baseadas no modelo psicométrico da percepção de riscos, de Slovic, 1987), as estratégias de sobrevivência psicológica em situações de exposição a perigos (definidas pela teoria da adaptação cognitiva de Taylor e Brown, 1988), as formas de validação e reprodução social das visões do mundo através de interpretações do desastre (como propõe a teoria cultural de

Douglas e Wildawsky, 1992) ou o processo social associado à intensificação da ameaça sísmica (trazido do modelo da amplificação social dos riscos de Kaspersen e colaboradores, 1988) são propostas gerais sobre o funcionamento humano que têm encontrado apoio empírico em múltiplos contextos. Por essa razão, a sua transposição para outra época levanta uma questão mais interessante do que a do anacronismo: a da especificidade da chamada sociedade de risco em que vivemos (Beck, 1992). Beck acredita que actualmente os riscos que nos rodeiam, por terem características novas (isto é, por serem globais, invisíveis e contestados), afectam as sociedades de forma diferente dos riscos da sociedade moderna (que seriam mais localizados, visíveis, evidentes e inegáveis), provocando também formas diferentes de acção. O trabalho apresentado centrou-se num risco antigo (próprio de uma sociedade moderna ou mesmo pré-moderna) e contrastou a sua percepção a mais de dois séculos de distância. Os resultados não permitem concluir pelo isomorfismo dos resultados, mas indicam que as teorias utilizadas são úteis para uma leitura comparativa.

Com base na teoria cultural identificaram-se visões do mundo que orientavam as interpretações do terramoto, mas os testemunhos de 1755 indicam que o igualitarismo tinha uma adesão muito grande na população, ao contrário do que acontece hoje. O clamor de «misericórdia» a cada abalo, a grande profusão de pregadores e de multidões que os seguiam, a proliferação de interpretações religiosas extremistas do terramoto e a adesão a penitências e a procissões indiciam que a visão religiosa da catástrofe conseguia facilmente ter apoiantes. Face à importância desta visão do mundo na altura, não é evidente que a resposta prevalente ao desastre tenha sido claramente hierárquica, aquela que seria bem mais expectável na nossa sociedade actual. De facto, a resposta de emergência foi pensada de uma forma moderna e racional: o sismo foi dessacralizado e enfrentado com as armas da ciência e da técnica da altura; foram tomadas imediatamente medidas para garantir a saúde, a segurança e o alojamento dos cidadãos; os actos de culto foram preservados e o patriarcado foi mobilizado para ajudar no esforço de reconstrução. Deste modo, o Estado, cujos sinais exteriores tinham ruído com o terramoto, renasceu depois forte e absoluto.

Isto só foi possível porque então, como agora, a sociedade inclui diferentes visões do mundo em conflito aberto. Identificaram-se em 1755 sinais de controvérsia entre as diversas interpretações religiosas do terramoto e entre visões igualitárias, hierárquicas e individualistas do sismo. Vimos que se utilizaram formas públicas de difusão destas visões alternativas (os púlpitos, as ruas, os opúsculos). Mas, finalmente, o acaso quis que o poder absoluto estivesse nas mãos de um representante de uma visão do mundo claramente minoritária na sociedade portuguesa. Um governante com ideias iluministas que soube utilizar esta catástrofe e todos os meios de que dispunha para a construção de um Estado moderno.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRINO, E. (pseudónimo de Pedro Norberto de Aucourt e Padilha) (1756/2005), «Carta em que se mostra falsa a profecia do terramoto do primeiro de Novembro de 1755», in J. Boiça e M. de F. Rombout de Barros (eds.), *1755 A Memória das palavras*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 180-185.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- BELO, A. (2000), «A *Gazeta de Lisboa* e o terramoto de 1755: a margem do não escrito», in *Análise Social*, n.ºs 151-152, vol. XXXIV, pp. 619-637.
- BOIÇA, J. M. F. (2005), «O legado da memória 1755-2005», in J. Boiça e M. de F. Rombout de Barros (eds.), *1755 A Memória das palavras*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 10-27.
- CARDOSO, J. L. (2007), «Pombal, o terramoto e a política de regulação económica», in A. C. Araújo, J. L. Cardoso, N. G. Monteiro, W. Rossa e J. V. Serrão (orgs.), *Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 165-181.
- CORREIA, M. (2000), «Projecto COMBO: a um passo da controvérsia», in M. E. Gonçalves (ed.), *Ciência, Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta, pp. 231-241.
- CORREIA, M. (2003), «O verso e o reverso das representações da ciência: as abordagens do projecto COMBO que passaram na televisão», in M. E. Gonçalves (ed.), *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 79-114.
- D. J. F. M. em A (1756), *Theatro lamentavel: scena funesta: relação verdadeira do terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, Coimbra, Oficina de Francisco de Oliveira.
- DOUGLAS, M. (1984), *Risk Acceptability According to the Social Sciences*, Londres, Routledge.
- DOUGLAS, M., e WILDAWSKY, A. (1982), *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley, University of California Press.
- DYNES, R. R. (2005), «The Lisbon earthquake of 1755: the first modern disaster», in Th. E. D. Braun e J. B. Radner (eds.), *The Lisbon Earthquake of 1755: Representations and Reactions*, Oxford, Voltaire Foundation, pp. 34-49.
- DYNES, R. R. (1997), *The Lisbon Earthquake in 1755: Contested Meanings in the First Modern Disaster*, Wilmington, Universidade de Delaware (Disaster Research Center).
- FRANÇA, J.-A. (1987), *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand.
- FRIED, M. (2000), «Continuities and discontinuities of place», in *Journal of Environmental Psychology*, 20, pp. 193-205.
- KASPERSON, R. E., RENN, O., SLOVIC, P., BROWN, H. S., EMEL, J., GOBLE, R., KASPERSON, J. X., e RATICK, S. (1988), «The social amplification of risk: a conceptual framework», in *Risk Analysis*, 8, pp. 177-187.
- LANGER, E. J. (1983), *The Psychology of Control*, Beverly Hills, CA, Sage.
- LIMA, M. L. (1994), *Percepção do Risco Sísmico: Medo e Ilusões de Controlo*, tese de doutoramento em Psicologia Social e Organizacional, Lisboa, ISCTE.
- LIMA, M. L. (1996), «Automatic information processing under stress: getting control over earthquake threat», in *Psicologia*, xi (1), pp. 57-65.
- LIMA, M. L. (2005), «Percepção de riscos ambientais», in L. Soczka (ed.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 203-245.
- LIMA, M. L., e CASTRO, P. (2005), «Cultural theory meets the community: worldviews and local issues», in *Journal of Environmental Psychology*, 25, pp. 23-35.
- LIMA, M. L., BARNETT, J., e VALA, J. (2005), «Risk perception and technological development at a societal level», in *Risk Analysis*, 25 (5), pp. 1229-1239.
- LISBOA, A. P. DE (1758/2005), «Memórias das Principais Providências Que se Deram no Terramoto Que Padeceu a Corte de Lisboa no Anno de 1755, Ordenadas e Oferecidas à Majestade Fidelíssima de El-Rei D. Joseph I, Nosso Senhor», in *Providências do Marquês de Pombal*, vol. 3, Lisboa, Fundação Luso-Americana e Público, pp. 29-288.

- MALAGRIDA, G. (1756/1866), *Juízo da verdadeira causa do terremoto, que padeceu a Corte de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755*, Porto, Typ. Particular do Visconde de Azevedo.
- MELO, F. DE P. E (1756), *Parenesis ao terramoto do primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Oficina de Manoel Soares.
- MENDONÇA, J. J. M. DE (1758), *Historia universal dos terremotos que tem havido no mundo de que ha noticia, desde a sua criação até o seculo presente: com huma narraçam individual do terremoto de 1755...: huma dissertação physica sobre as causas geraes dos terremotos*, Lisboa, Off. de Antonio Vicente da Silva.
- MORGANTI, B. (1756-2005), «Carta de um amigo para outro em que se dá sucinta noticia dos efeitos do terramoto sucedido em o primeiro de Novembro de 1755», in J. Boiça e M. de F. Rombout de Barros (eds.), *1755 — A Memória das palavras*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 110-117.
- NATIVIDADE, J. DA (1756-2005), «Terramoto destruído ou o escudo celestial contra os terramotos, peste, raios, trovoens e tempestades», in J. M. F. Boiça e M. de F. R. de Barros (eds.), *1755 — A Memória das palavras*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 214-223.
- OLIVEIRA, F. X. de [CAVALEIRO DE] (1756/2004), *Discurso patético sobre as calamidades presentes sucedidas em Portugal dirigido aos meus compatriotas e em particular a Sua Majestade Fidelíssima José I, rei de Portugal* (trad. de Jorge P. Pires), Lisboa, Frenesi.
- PEDEGACHE, M. T. (1756), *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1 de Novembro de 1755 com algumas observaçoens curiosas, e a explicação das suas causa*, Lisboa, Officina de Manoel Soares.
- PERES, D. (org.) (1934), *História de Portugal*, vol. VI, *Quarta Época 1640-1815*, Barcelos, Portucalense Editora.
- PIDGEON, N., KASPERSON, R. E., e SLOVIC, P. (eds.) (2003), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press.
- RATTON, J. (1813), *Recordacoens de Jacome Ratton sobre occurrencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e três annos e meio alias de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Londres, H. Bryer.
- REEVES, R. K. (2000), *The Lisbon Earthquake of 1755: Confrontation between the Church and the Enlightenment in Eighteenth-Century Portugal*, tese de doutoramento não publicada, Dickinson College, Carlisle, Pensilvânia, EUA, disponível em http://www.dickinson.edu/~quallsk/thesis_reeves.doc.
- RIMÉ, B., e ZECH, E. (2001), «The social sharing of emotion: interpersonal and collective dimensions», in *Boletim di Psicologia*, pp. 97-108.
- ROGERS, J. (1756), «The terribility, and the moral philosophy of earthquakes», in *Three Sermons on Different Subjects and Occasions*, Boston, Edes and Gill.
- ROTHBAUM, F., WEISZ, J. R., e SNYDER, S. S. (1982), «Changing the world and changing the self: a two process model of perceived control», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, pp. 5-37.
- SANCHES, A. N. R. (1756-2005), «Tratado da conservação da saúde dos povos», in J. Boiça e M. de F. Rombout de Barros (eds.), *1755 — A Memória das palavras*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 118-129.
- SELIGMAN, M. E. P. (1975), *Helplessness: On Depression, Development, and Death*, Nova Iorque, W. H. Freeman.
- SLOVIC, P. (1987), «Perception of risk», in *Science*, 236, pp. 280-285.
- SLOVIC, P. (2001), *The Perception of Risk*, Londres, Earthscan.
- SOUSA, F. L. P. DE (1919), *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, Lisboa, Serviços Geológicos.
- SOUSA, M. L. M. DE, e NOZES, J. (eds.) (1990), *O Terramoto de 1755: Testemunhos Britânicos. British Accounts: The Lisbon Earthquake of 1755*, Lisboa, The British Historical Society of Portugal.

- SUBTIL, J. M. L. L. (2005, Novembro), «As alterações no direito de propriedade», comunicação no colóquio internacional «Terramoto de 1755, impactos históricos», Lisboa, ICS e ISCTE.
- TAVARES, J. A. de [pseudónimo de Bento Morganti] (1756), *Verdade Vindicada, ou resposta a huma carta escrita de Coimbra, em que se dá noticia do lamentavel successo de Lisboa no dia 1 de Novembro de 1755*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa.
- TAYLOR, S. E. (1983), «Adjustment to threatening events: a theory of cognitive adaptation», in *American Psychologist*, 38, pp. 1161-1173.
- TAYLOR, S. E., e BROWN, J. (1988), «Illusion and well being: a social psychological perspective on mental health», in *Psychological Bulletin*, 103, pp. 193-210.
- TROVÃO e SOUSA, J. O. (1755), *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa: terremoto de 1755*, Coimbra, Officina de Luis Secco Ferreyra.